

**FAZ CULTURA
EMPRESA
MUN. DE CULTURA
DE BRAGA (EM)**

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente concurso tem por objeto a adjudicação de um contrato para a aquisição de serviços de vigilância para o Theatro Circo e para a Braga25, nos termos e nas condições definidos no presente caderno de encargos fracionados nos seguintes lotes:

1.1. Lote 1 - Aquisição de serviços de vigilância/receção do edifício Theatro Circo

1.2. Lote 2 - Aquisição de serviço de vigilância para as atividades da Braga 25 Capital Portuguesa da Cultura

2. O objeto do presente procedimento encontra-se classificado pelo Código CPV 79714000-2, designado *serviços de vigilância*

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato será celebrado entre o Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M., doravante, abreviadamente, designada por **Entidade Adjudicante** e o **Adjudicatário**, integrando o contrato o respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integrará, ainda, os seguintes elementos:

a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

b) O presente Caderno de Encargos;

c) A proposta adjudicada;

d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo **Adjudicatário**.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado, abreviadamente, por “CCP”, e aceites pelo **Adjudicatário** nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

FAZ CULTURA

Cláusula 3ª – Duração da Prestação de Serviços

A prestação de serviços inicia-se com a assinatura do contrato e termina a 31 de dezembro de 2025

Cláusula 4ª - Prestação de Serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

Execução dos serviços conforme especificações técnicas e requisitos mínimos constantes do Parte II – Especificações Técnicas.

- a) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- b) O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- c) O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência definido no número 1 da cláusula 2.ª do presente caderno de encargos, em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.
- d) Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.
- e) O adjudicatário deve entregar ao gestor de contrato da entidade adjudicante, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual conforme Anexo I ao presente caderno de encargos. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

FAZ CULTURA

- f) O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na entidade adjudicante, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
- 2. O adjudicatário compromete-se a adquirir a posição de empregador nos contratos dos trabalhadores que prestam funções até à data no Teatro Circo, por força do regime jurídico da transmissão de empresa ou estabelecimento previsto nos artigos 285.º a 287.º do Código do Trabalho, promovendo assim a proteção dos postos de trabalho e a segurança no emprego devendo ser assegurada aos trabalhadores a manutenção de todos os direitos contratuais, nomeadamente retribuição, antiguidade e benefícios sociais adquiridos, sendo que este ponto apenas se aplica aos serviços constantes no Lote 1 previstos na parte II.
- 3. Para efeito do número anterior, existe 1 (um), ou no máximo 2 (dois) postos de trabalho enquadrados para o regime de transmissão de estabelecimento.
- 4. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- 5. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na **entidade adjudicante**, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
- 6. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, sob pena de a Entidade Adjudicante poder resolver o contrato, nos termos do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos.
- 7. O prestador de serviços fica obrigado ao cumprimento do artigo n.º 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, se aplicável.

Cláusula 5ª – Forma da Prestação de Serviços

- 1. A **Entidade Adjudicante** tem o direito de acompanhar a execução de todos os trabalhos, ações e iniciativas e respetivos desenvolvimentos efetuados pelo **Adjudicatário**, bem como de solicitar todos os esclarecimentos e suscitar as questões que considere necessários no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos, que o **Adjudicatário** se compromete a prestar.

FAZ CULTURA

2. Os serviços a prestar, objeto do presente caderno de encargos, serão realizados na sede da **Entidade Adjudicante** – Theatro Circo sito Avenida da Liberdade, 697, 4710-251 Braga.

3. A **Entidade Adjudicante** pode, eventualmente, diminuir ou aumentar alguns serviços mencionadas na Parte II – Especificações Técnicas, deste caderno de encargos, desde que o **Adjudicatário** seja notificado com antecedência mínima de cinco dias.

4. A diminuição do n.º de horas para os serviços de vigilância e segurança humana e receção, bem como a supressão de serviços previstos, não confere ao **Adjudicatário** qualquer direito, nomeadamente, para efeitos de pagamento, ressarcimento ou indemnização.

Cláusula 6ª - Termos de desempenho ambientais

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.

2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Cláusula 7ª - Dados Pessoais

A atividade desenvolvida pelo **Adjudicatário** e respetivos trabalhadores ou colaboradores, no âmbito do presente procedimento, independentemente do vínculo contratual que possuam com o mesmo, encontra-se sujeita à aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento e do Conselho de 27 de abril de 2016) e da Lei 67/98 de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais) em tudo o que não contrarie o regulamento.

Cláusula 8.ª - Dever do Sigilo e Confidencialidade

1. Para efeitos da execução e ao abrigo do presente caderno de encargos, a **Entidade Adjudicante** e o **Adjudicatário** aceitam e reconhecem que o **Adjudicatário** trata dados pessoais de representantes, trabalhadores e/ou clientes da **Entidade Adjudicante**; e que a **Entidade Adjudicante** trata dados pessoais de representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores do **Adjudicatário**.

2. O tratamento dos dados pessoais encontra-se limitado, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c) e da alínea b) do n.º 2 do artigo 9º do RGPD, a finalidades exclusivamente relacionadas com a execução da prestação de serviços ou com o cumprimento de

FAZ CULTURA

obrigações jurídicas a que a **Entidade Adjudicante** e o prestador de serviços estejam adstritos.

3. O prestador de serviços deve proceder ao tratamento dos dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da **Entidade Adjudicante**, sendo que essas instruções poderão ser fornecidas ao longo do período de vigência do contrato, em suporte documental. O prestador de serviços informa a **Entidade Adjudicante** se considerar que qualquer instrução da parte deste é contrária às normas de proteção de dados, ou se estiver, por qualquer outro motivo, impossibilitado de as seguir.

4. A **Entidade Adjudicante** e o prestador de serviços assumem a obrigação de estrita confidencialidade relativamente a todos os dados pessoais de que venham a ter conhecimento no âmbito do Contrato, extensiva à informação a que os seus trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores tenham acesso, garantindo que os mesmos assumiram um compromisso documentado de confidencialidade.

5. A **Entidade Adjudicante** e o prestador de serviços apenas podem transmitir dados pessoais a que tenham acesso por conta do Contrato a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

6. A **Entidade Adjudicante** e o prestador de serviços comprometem-se a adotar todas as medidas organizativas, técnicas e de segurança necessárias e adequadas para assegurar a confidencialidade, o segredo e a preservação dos dados pessoais a que tenham acesso por conta do Contrato, na medida e na extensão necessárias ao efeito, seja qual for o suporte utilizado, mediante acordo em adenda ao contrato de prestação de serviços a celebrar.

7. Cada uma das partes no Contrato presta assistência à outra, através de medidas técnicas e organizativas necessárias, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos realizados pelos titulares dos dados pessoais, para efeitos do exercício dos seus direitos, nomeadamente do direito de retificação, apagamento ou limitação do tratamento.

8. O prestador de serviços notifica imediatamente o **Entidade Adjudicante** de qualquer pedido que tenha recebido de um titular de dados relativo a tratamentos em que este último seja considerado Responsável pelo Tratamento. Não pode responder ele próprio a esse pedido, salvo se tiver sido expressamente autorizado pela **Entidade Adjudicante**. O prestador de serviços presta assistência à **Entidade Adjudicante** no cumprimento das suas obrigações de resposta aos pedidos dos titulares dos dados respeitantes ao exercício dos seus direitos ao abrigo do Regulamento (UE) 2016/679.

9. Com a cessação do Contrato, o prestador de serviços, consoante a decisão da **Entidade Adjudicante**, devolve-lhe ou elimina todos os dados pessoais, apagando as cópias

FAZ CULTURA

existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida abrigo do direito da União Europeia ou da legislação nacional. A eliminação dos dados pessoais por parte do prestador de serviço deve ser devidamente documentada, sendo o registo do apagamento remetido à **Entidade Adjudicante** em prazo não superior a 15 dias.

10. Os dados pessoais relativos ao prestador de serviços, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

11. O prestador de serviços só deve divulgar os dados pessoais a terceiros mediante instruções documentadas da **Entidade Adjudicante**, ou quando por este autorizado.

a) Os dados só poderão ser divulgados a terceiros localizados fora da União Europeia se o terceiro estiver ou aceitar estar vinculado por meio de Cláusulas Contratuais-Tipo aplicáveis à transferência de dados pessoais para países terceiros nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, ao abrigo do módulo adequado, ou se:

i) o destino da transferência ulterior for um país que beneficie de uma decisão de adequação nos termos do artigo 45.º do Regulamento (UE) 2016/679 que abranja a transferência ulterior,

ii) o terceiro assegurar, de qualquer outra forma, as garantias adequadas nos termos dos artigos 46.º ou 47.º do Regulamento (UE) 2016/679 no que diz respeito ao tratamento em questão,

iii) a transferência ulterior for necessária à declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial no contexto de processos administrativos, regulamentares ou judiciais específicos, ou

iv) a transferência ulterior for necessária para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular.

b) Qualquer transferência ulterior está sujeita ao cumprimento, pelo prestador de serviços, de todas as outras garantias previstas na presente cláusula, em particular a limitação da finalidade.

12. Cumprimento e documentação:

a) O prestador de serviços deve responder, rápida e adequadamente, aos pedidos de informação da **Entidade Adjudicante** relacionados com o tratamento ao abrigo da presente cláusula.

b) As Partes devem poder demonstrar o cumprimento da presente cláusula. Em particular, o prestador de serviços deve conservar documentação adequada sobre as atividades de tratamento realizadas por conta da **Entidade Adjudicante**.

c) O prestador de serviços deve disponibilizar à **Entidade Adjudicante** todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações

FAZ CULTURA

previstas na presente cláusula e, a pedido deste último, facilitar e contribuir para as auditorias das operações de tratamento abrangidas pela presente cláusula, a intervalos razoáveis ou se houver indícios de incumprimento. Ao decidir sobre uma revisão ou auditoria, a **Entidade Adjudicante** pode ter em conta as certificações pertinentes detidas pelo prestador de serviços, ou resultados de auditorias anteriores, desde que efetuadas por auditor externo e imparcial.

d) A **Entidade Adjudicante** pode optar por realizar, por meios próprios, a auditoria ou mandar um auditor independente. As auditorias podem incluir inspeções nos edifícios ou nas instalações físicas do prestador de serviços, devendo, se for caso disso, ser realizadas com uma antecedência razoável.

e) As Partes devem disponibilizar as informações referidas nas alíneas b) e c), incluindo os resultados de quaisquer auditorias, à autoridade de controlo competente, mediante pedido.

f) O prestador de serviços deve mitigar qualquer risco, ou sanar qualquer tipo de desconformidade, que resulte do resultado do relatório de auditoria, sendo-lhe indicado prazo razoável para o efeito.

13. Cada Parte aceita e assume que as suas responsabilidades em matéria de proteção de dados se processam de acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679.

Cláusula 9ª - Responsabilidades

1. O Adjudicatário é o único responsável pela boa realização de todos os trabalhos do presente contrato, sem que possa invocar falta incumprimentos por parte de terceiros.

2. O Adjudicatário é igualmente responsável, sem quaisquer limitações, pelos danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão dos seus agentes, à Entidade Adjudicante ou a terceiros.

3. Se a Entidade Adjudicante tiver de assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do contrato são da responsabilidade do Adjudicatário, este indemnizá-lo-á de todas as despesas que, por facto e seja a que título for, houver que suportar, bem como assistirá à Entidade Adjudicante o direito de regresso das quantias pagas que pagou ou que tiver de pagar, podendo fazer a compensação com a faturação em dívida.

III - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 10ª - Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **Entidade Adjudicante** procederá ao pagamento pontual ao **Adjudicatário** dos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

FAZ CULTURA

2. O somatório das quantias a pagar pela totalidade dos serviços objeto do contrato, não pode, em qualquer caso, ser superior a € 56.111 (cinquenta e seis mil cento e onze euros), no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA). Dividido pelas seguintes rubricas:

1.1 Lote 1 - Aquisição de serviços de vigilância/receção do edifício Theatro Circo - €50.666,00

1.2. Lote 2 - Aquisição de serviço de vigilância para as atividades da Braga 25 Capital Portuguesa da Cultura - € 5.445,00

4. O preço referido no n.º 2 inclui todos os custos, honorários, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **Entidade Adjudicante**, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais.

Cláusula 11ª - Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da Cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.

2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Entidade Adjudicante Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M. remetidas de acordo com os números seguintes e com referência:

a) Aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número de compromisso; e

b) Descrição pormenorizada dos serviços prestados e mês referente (em caso de avanço);

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

5. No seguimento do disposto no número anterior deve ser utilizada a solução ILink acessível em <https://www.ilink.pt>.

FAZ CULTURA

6. As entidades que ainda não tenham aderido à faturação eletrónica podem, de forma excecional e até 31 de dezembro de 2024, enviar digitalmente, em PDF, as faturas, as notas de débito e as notas de crédito, para o seguinte endereço de correio eletrónico: contabilidade@fazcultura.pt, no âmbito do artigo 284.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2024.

7. Desde que devidamente emitidos e observado o disposto na presente cláusula, o aviso recibo/fatura é paga através Transferência Bancária, para IBAN a indicar pelo adjudicatário.

Cláusula 12.^a – Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades às partes, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de casos de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas

3. Pode igualmente constituir força maior doença devidamente comprovada de artista não passível de substituição.

4. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultante do incumprimento pelo Adjudicatário ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações utilizadas pelo Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou do incumprimento das normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;

FAZ CULTURA

g) Eventos que estejam ou devem estar cobertos por seguro.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.

Cláusula 13ª - Incumprimento e Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento de qualquer cláusula ou especificação técnica regulada no presente caderno de encargos, a entidade exigirá até 1% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma sanção pecuniária até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

IV – RESOLUÇÃO CONTRATUAL

Cláusula 14ª - Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei e no contrato, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços; Incumprimento de normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- b) Oposição reiterada do prestador de serviços ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;

FAZ CULTURA

- c) Incumprimento, por parte do prestador de serviços e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução da prestação de serviços;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) O prestador de serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 334.º e 335.º do CCP.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante, podendo o prestador de serviços pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

Cláusula 15ª - Resolução por parte do Adjudicatário

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato em caso de:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

FAZ CULTURA

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.

3. Nos casos previstos na alínea c) da presente Cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo prestador de serviços à Entidade Adjudicante, através de correio eletrónico, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 16ª - Foro Competente

Para resolução dos litígios decorrentes da fase pré-contratual e do contrato subsequente fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2. A Subcontratação por parte do Adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 318.º e 319.º do CCP.

3. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.os 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

4. A cessão da posição contratual e a subcontratação estão vedadas nas seguintes situações:

a. Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;

b. Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;

FAZ CULTURA

c. Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

5. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

6. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.

7. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

Cláusula 19^a - Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.^a - Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21^a – Alteração do Contrato

Qualquer alteração a introduzir no contrato no decurso da sua execução ou prorrogação do mesmo será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula 22^a - Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual e demais legislação complementar e pela lei geral aplicável na circunstância, portuguesa e comunitária.

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote 1 – Aquisição de serviços de vigilância/receção do edifício Theatro Circo

FAZ CULTURA

1. Âmbito

O Lote 1 visa dotar as instalações da Entidade Adjudicante ou afetas à sua atividade, de serviços de vigilância.

2. Requisitos por tipo de Serviço

2.1. Serviço de vigilância, receção e segurança humana e receção

No caso dos serviços de vigilância, receção e segurança humana, o prestador de serviços deve cumprir, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Realizar o controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;
- b) Proceder ao registo de todas as pessoas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela Entidade Adjudicante;
- c) Realizar o atendimento da central telefónica, o registo do respetivo contacto e/ou reencaminhamento da chamada para o destinatário;
- d) Intervir em situações de emergência, conforme estipulado nas Medidas de Autoproteção e respetivo Organograma da Estrutura de Segurança.;
- e) Monitorizar dentro das instalações da Entidade Adjudicante os sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente a deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, CCTV, entre outros;
- f) Proceder à operação técnica centralizada, nomeadamente ligar, desligar e programar sistema de climatização e iluminação;
- g) Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das mesmas;
- h) Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e outros normativos das instalações;
- i) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- j) Proceder em conformidade com as medidas de autoproteção do edifício, em qualquer caso de emergência;
- k) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- l) Realizar, no início e no final do horário de cada dia, a ronda de serviço no interior da instalação;

FAZ CULTURA

- m) Realizar a abertura e o encerramento das instalações;
- n) Elaborar e divulgar as normas técnicas de serviço ao seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adjudicante;
- o) Em eventos onde seja contratado mais do que um posto de vigilância em simultâneo, o prestador de serviços deve equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio;
- p) São ainda funções do Adjudicatário no desenvolvimento da prestação de serviços:
 - i. Apaziguar conflitos;
 - ii. Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, nomeadamente de combate a furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção de meios de apoio (nomeadamente PSP, Bombeiros, Serviços de Manutenção) sempre que necessário;
 - iii. Cuidar das chaves que lhe forem afetas;
 - iv. Informar a Entidade Adjudicante de quaisquer situações anómalas que ocorram.

2.2. Serviços de monitorização de sistema de alarmes e CCTV

No caso dos serviços de monitorização de sistema de alarmes e CCTV, o prestador de serviços deve cumprir, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Monitorizar, dentro das instalações da Entidade Adjudicante os sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente a deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, CCTV, entre outros;
- b) Garantir a notificação imediata da Entidade Adjudicante e o desenvolvimento dos demais procedimentos adstritos aos serviços de Receção e Monitorização de Alarmes, em caso de incêndio, acidente ou intrusão detetado pelos sistemas referidos na alínea anterior ou na ronda final de vigilância do espaço;
- c) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas registadas.

2.3. Serviços extraordinários

2.3.1. O prestador de serviços deverá disponibilizar, a pedido da Entidade Adjudicante, pelo menos 2 ou 3 vigilantes para a prestação de serviços extraordinários.

2.3.2. Para a realização de serviços extraordinários, o Adjudicatário obriga-se a manter os preços apresentados na sua proposta, para cada tipologia de serviços objeto do contrato, durante o seu período de vigência.

3. Recursos Humanos

FAZ CULTURA

3.1. O Adjudicatário, deve garantir os recursos humanos necessários para a execução operacional do contrato, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, de acordo com a legislação aplicável ao setor de atividade.

3.2. Os meios humanos a afetar à execução dos serviços objeto do contrato, devem ser repartidos por três categorias principais, consoante as funções a desempenhar, que sumariamente consistem em:

Vigilantes – a quem compete a operacionalização no terreno dos serviços objeto do contrato. Os vigilantes devem ser fluentes na língua portuguesa e inglesa;

- a) Supervisor de operações – a quem compete o acompanhamento/monitorização do serviço efetuado pelo vigilante no local de trabalho, zelando pela sua qualidade e pelo cumprimento dos aspetos contratualizados, bem como o reporte de ocorrências à Entidade Adjudicante. O Adjudicatário deve afetar um supervisor com experiência na intervenção direta na execução de contratos celebrados no último ano completo (até à data de submissão de propostas), no desempenho de funções de supervisão de equipas de trabalho, no âmbito do objeto do contrato, cujas especificidades do serviço incida sobre vigilância em recintos fechados dedicados à exibição de espetáculos;
- b) Gestor de Conta - a quem compete o acompanhamento do contrato na sua vertente de execução financeira e operacional bem como a prestação de todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante em relação à faturação emitida e relatório financeiro enviados.
- c) O Adjudicatário deve afetar pelo um gestor de conta que tenha sido/seja responsável pela gestão de pelo menos 1 contrato celebrado cujo objeto corresponda a serviços de segurança e vigilância no último ano completo (até à data de submissão de propostas).

4. Modo de prestação de serviço

4.1. Para além do disposto nos números anteriores, o prestador de serviços obriga-se ainda a:

- a) Executar o serviço de vigilância humana mediante a permanência de um posto de vigilância, nas instalações do Theatro Circo, conforme planificação mensal com necessidades comunicadas com antecedência de 15 (quinze) dias ao Adjudicatário, podendo, inclusive ocorrer situações excecionais em que este prazo não é possível de ser cumprido, tendo como referência uma bolsa de 5.000 horas;
- b) Executar o serviço de vigilância humana extra ao mencionado na alínea anterior, de acordo com necessidades da Entidade Adjudicante para o edifício Theatro Circo e disponibilidade do Adjudicatário, tendo como referência uma bolsa de 599 horas;

FAZ CULTURA

- c) Garantir a estabilidade do vigilante no posto de trabalho para o edifício Theatro Circo, sendo substituídos por motivos de férias, doença ou por razões de força maior, com conhecimento prévio da Entidade Adjudicante;
- d) Assegurar a substituição do vigilante, dispondo para o efeito de um grupo de vigilância de reserva, garantindo que o elemento substituto seja conhecedor das atribuições de vigilância das instalações;
- e) Garantir, em tempo útil, a sobreposição para os casos de substituição previstos antecipadamente;
- f) Executar um controlo efetivo sobre o pessoal em serviço;
- g) Criar mecanismos de comunicação que permitam dar conhecimento, em tempo oportuno, do controlo efetuado;
- h) Inspeccionar e supervisionar o desempenho dos vigilantes.

4.2. Para efeitos da alínea a) do número anterior considera-se como referência semanal do período normal relativo aos serviços de vigilância humana, receção e monitorização de sistema de alarmes e CCTV, o seguinte:

segunda	terça	quarta	quinta	sexta	sábado	Domingo
8 às 24h	das 8 às 20h	das 8 às 20h	das 8h às 2h	das 8h às 2h	das 8h às 2h	Das 14h às 2h*

*Previsão de necessidade de serviços em 15 domingos ao longo do ano, podendo o horário ser variável.

4.3. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a fornecer o material e equipamentos de vigilância necessários à boa execução dos trabalhos acima referidos, responsabilizando-se ainda pela sua manutenção.

5. Identificação

O pessoal vigilante afeto à prestação dos serviços descritos de vigilância presencial deve ainda utilizar, durante todo o tempo em que estiver ao serviço, um cartão com a identificação profissional.

6. Dever de Boa Execução

O Adjudicatário deverá cumprir toda a legislação e regulamentação e normas da indústria aplicáveis à atividade por si prosseguida e deverá estar na posse de todas as autorizações, licenças e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para a prossecução das atividades abrangidas pelo Caderno de Encargos, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato que eventualmente venha a celebrar ao seu abrigo.

FAZ CULTURA

7. Acompanhamento dos Serviços e Reporte de Informação

7.1. Relatório de ocorrências:

- a) O relatório de ocorrências consiste na sinalização dos perigos existentes e/ou potenciais e na identificação de medidas corretivas ou preventivas que permitam repor os níveis de segurança das instalações, serve ainda para tratamento estatístico da informação, sinalização e análise de risco por local de incidência;
- b) Quando o prestador de serviços apresentar no seu relatório alguma situação que comprometa ou possa comprometer a eficiência na prestação dos serviços a que está obrigado, deverá entregar conjuntamente com o relatório, uma proposta devidamente fundamentada, com vista a assegurar a permanente adequação dos serviços e procedimentos face à dinâmica dos objetivos específicos em matéria de segurança e vigilância;
- c) Para cada ocorrência detetada, o referido relatório deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:
 - i. Data, local e horário em que se verificou a ocorrência;
 - ii. Tempo de resposta por parte do vigilante;
 - iii. Medidas implementadas tendo em vista a resolução da ocorrência (ou a implementar, em casos que não possam ser resolvidos no momento, indicando o tempo necessário para a realização da intervenção);
 - iv. Indicação dos níveis de segurança após intervenção.

7.2. Relatório Financeiro do contrato:

- a) O relatório financeiro do contrato, como o próprio nome indica, consiste na identificação dos serviços prestados e respetivo custo, e serve para acompanhar a execução financeira do contrato e confirmar os valores a pagamento em cada mês;
- b) O prestador de serviços (através do gestor de conta), deverá apresentar relatório financeiro do contrato, com periodicidade mensal até ao 8.º dia do mês seguinte a que diz respeito;
- c) Do relatório financeiro, deverão constar os seguintes elementos:
 - i. N.º de horas efetivamente praticadas;
 - ii. Identificação das horas extra (se aplicável).
- d) A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, solicitar ao prestador de serviços, esclarecimentos sobre aspetos do relatório supracitado ou indicar outros elementos que considere pertinentes para o acompanhamento financeiro do contrato.

FAZ CULTURA

7.3. Resposta a Reclamações

Sempre que existir uma reclamação relativa ao trabalho realizado pelo prestador de serviços, este dispõe no máximo de 5 dias úteis para a respetiva exposição escrita dos factos à entidade adjudicante e em caso de responsabilidade, deverá acompanhar a referida exposição de medidas preventivas ou corretivas, tendo em vista a resolução, ou não repetição, do problema.

7.4. Reuniões de Trabalho

No âmbito do presente contrato, poderão ter lugar reuniões de trabalho presenciais, na sede da Entidade Adjudicante.

Lote 2 – Aquisição de serviço de vigilância para as atividades da Braga 25 Capital Portuguesa da Cultura

1. Âmbito

1.1. O Lote 2 visa a aquisição de serviço de vigilância para as atividades da Braga 25 Capital Portuguesa da Cultura.

1.2. O pessoal vigilante afeto à prestação dos serviços descritos de vigilância presencial deve utilizar, durante todo o tempo em que estiver ao serviço, a farda bem como um cartão com a identificação profissional.

1.3. As necessidades constam na tabela abaixo

LOCAL/ LOCAIS	Nº DE SEGURANÇAS Estimado	PERÍODO NECESSÁRIO estimado (manhã/ tarde/ noite)	Nº DE HORAS Estimadas	Nº de dias	DATAS Previstas
Basilica dos Congregados Av. Central 98, 4710-229 Braga	1	Tarde	3	1	25 de janeiro
gulbenkian	1	Tarde	3	1	25 de janeiro

FAZ CULTURA

Igreja São Lázaro R. Sá de Miranda 52, 4700-912 Braga	1	Tarde	3	1	10 de maio
B25-FV-B.1.1 Estrutura temporária 1 Fujacal Local de intervenção: Fujacal, Praça dos Arsenalistas	1	noite (20h00/8h00)	Total= 36 (12h x 3 dias)	3	maio 2025 (a confirmar dias posteriormente)
B25-FV-B.1.2 Estrutura temporária 2 Quinta da Capela Local: Quinta da Capela	1	noite (20h00/8h00)	Total= 36 (12h x 3 dias)	3	maio 2025 (a confirmar dias posteriormente)
B25-FV-B.1.3 Estrutura temporária 3 Fontainhas Local: Fontainhas, Praça das Fontainhas	1	noite (20h00/8h00)	Total= 36 (12h x 3 dias)	3	maio 2025 (a confirmar dias posteriormente)
B25-FV-B.1.4 Estrutura temporária 4 Parretas Local: Parretas, Alameda da Fonte	1	noite (20h00/8h00)	Total= 36 (12h x 3 dias)	3	maio 2025 (a confirmar dias posteriormente)

FAZ CULTURA

B25-FV-B.1.5 Estrutura temporária 5 Makro Local: Zona da Makro, Praça Cónego Francisco Pacheco Pereira / Praça João Beltrão	1	noite (20h00/8h00)	Total= 36 (12h x 3 dias)	3	maio 2025 (a confirmar dias posteriormente)
A definir	1	tarde e noite	8		10 de Junho
A definir	1	manhã, tarde e noite	16		11 de Junho
A definir	1	tarde, noite	8		
A definir	1	manhã, tarde e noite	16		12 de Junho
A definir	1	tarde	8		
A definir	1	noite	8		
A definir	1	manhã, tarde e noite	16		13 de Junho
A definir	1	tarde	8		
A definir	1	tarde	16		
A definir	1	noite	8		
A definir	1	manhã, tarde e noite	16		14 de Junho
A definir	1	tarde	8		
A definir	1	manhã, tarde e noite	16		
A definir	1	manhã, tarde e noite	16		
A definir	1	tarde	3		6 ou 7 set
Igreja Santa Cruz Largo Carlos Amarante 11, 4700-308 Braga	1	Tarde	3		04 de outubro

FAZ CULTURA

ANEXO I – (Modelo de) Declaração

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º _____, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo Laboral